

## SUMÁRIO

|                      |    |
|----------------------|----|
| Agradecimentos ..... | 11 |
| Apresentação .....   | 15 |
| Prefácio .....       | 17 |
| Introdução .....     | 21 |

### *Capítulo I*

#### *Conceitos de um processo penal legitimamente democrático, 25*

|   |    |
|---|----|
| 1.1. O sistema acusatório como estrutura para o alcance do justo processo .....   | 32 |
| 1.2. O garantismo como modelo de legitimação das decisões restritivas de direitos e liberdades individuais .....  | 42 |
| 1.3. A eficiência na repressão e no combate ao crime de especial complexidade ou de acentuada repercussão social: critérios para a atuação dos órgãos de polícia criminal ..... | 47 |
| 1.4. A composição dialética do garantismo e da eficiência na persecução penal como legitimantes do exercício da jurisdição ...  | 56 |
| 1.5. A cultura do “juiz de garantia” como proposta ideal para a confirmação da imparcialidade do juiz ao longo de toda a persecução penal .....                                 | 60 |

### *Capítulo II*

#### *Parâmetros para uma abordagem garantista das cautelares restritivas de direitos e liberdades individuais no processo penal, 69*

|   |    |
|---|----|
| 2.1. Desafios para a construção de uma teoria geral do processo cautelar: sentido e alcance da instrumentalidade das cautelares no Processo Penal ..... | 70 |
| 2.2. Vetores garantistas informadores da tutela cautelar no processo penal .....  | 80 |
| 2.2.1. A presunção de inocência .....   | 81 |
| 2.2.2. A necessidade .....  | 87 |
| 2.2.3. A fundamentação suficiente .....   | 90 |
| 2.2.4. A proporcionalidade .....  | 95 |

### Capítulo III

#### *Prisão Temporária – cautelaridade e admissibilidade, 99*

|   |     |
|---|-----|
| 3.1. Prolegômenos: a eclosão histórica da prisão temporária .....   | 100 |
| 3.2. Terminologia .....   | 105 |
| 3.3. Manifestações remotas da prisão temporária e suas (atuais)<br>perspectivas legislativas no ordenamento jurídico brasileiro .....             | 107 |
| 3.4. O respeito ao paradigma constitucional na concepção da<br>prisão temporária .....  | 113 |
| 3.5. Crítica dos pressupostos (gerais) de admissibilidade da prisão<br>temporária, segundo o entendimento teórico da doutrina<br>brasileira ..... | 121 |
| 3.6. A justa causa inerente à decretação de uma prisão temporária ....  | 125 |
| 3.6.1. A justa causa remota da prisão temporária:<br>o <i>fumus boni iuris</i> .....  | 126 |
| 3.6.2. A justa causa próxima da prisão temporária:<br>o <i>periculum libertatis</i> .....   | 135 |

### Capítulo IV

#### *A experiência estrangeira: um breve apanhado da disciplina da prisão durante as investigações, 141*

|  |     |
|--|-----|
| 4.1. Considerações iniciais: o paradigma comum dos ordenamentos<br>jurídicos visitados – o sistema continental europeu e sua<br>influência sobre o sistema processual penal brasileiro ..... | 142 |
| 4.2. Portugal .....  | 143 |
| 4.3. Espanha .....   | 148 |
| 4.4. Itália .....  | 150 |
| 4.5. França .....  | 152 |
| 4.6. Alemanha .....  | 154 |
| 4.7. Argentina .....   | 156 |
| 4.8. Chile .....   | 158 |
| 4.9. A necessidade da releitura garantista da prisão temporária,<br>aproveitando as propostas despontadas nos ordenamentos<br>jurídicos estrangeiros .....                                   | 160 |

## Capítulo V

### *Aspectos controversos da Lei n. 7.960/89, 163*

|   |     |
|---|-----|
| 5.1. Objetivos e sistematização do capítulo .....   | 164 |
| 5.2. A tipologia da prisão temporária .....   | 165 |
| 5.3. Duração e prorrogação da prisão temporária .....   | 172 |
| 5.4. A prévia manifestação do ministério público enquanto<br>pressuposto (específico) intrínseco de validade<br>da prisão temporária .....  | 176 |
| 5.5. O inquérito policial enquanto pressuposto (específico)<br>extrínseco de validade da prisão temporária: a necessidade<br>de um formal indiciamento do investigado .....                 | 182 |
| 5.6. A apresentação do preso temporário perante o juiz:<br>a superação da cultura burocrática do Judiciário, enquanto<br>guardião constitucional de direitos e liberdades individuais ..... | 190 |
| 5.7. O plantão judicial e a garantia do juiz natural .....  | 195 |
| 5.8. A liberação do preso temporário antes do exaurimento do<br>prazo judicial de vigência da prisão temporária .....   | 200 |

## Capítulo VI

### *Perspectivas e enfoques para o aperfeiçoamento da prisão temporária, 205*

|   |     |
|---|-----|
| 6.1. A indispensável participação da defesa na convalidação e na<br>prorrogação da prisão temporária .....  | 206 |
| 6.2. O controle das investigações pelo ministério público e a<br>impossibilidade, de <i>lege data</i> , de a prisão temporária ser<br>decretada em face de diligências exclusivamente<br>patrocinadas pelo <i>parquet</i> .....                 | 216 |
| 6.3. O controle judicial das investigações: definição dos limites de<br>interferência e a possibilidade da cobrança de informações<br>pelo juiz sobre o desdobramento das investigações<br>criminais e o transcurso do inquérito policial ..... | 225 |
| 6.4. Os modernos meios eletrônicos e sua utilidade frente à prisão<br>temporária .....  | 229 |

|   |     |
|---|-----|
| 6.5. Garantias e medidas de salvaguarda do preso temporário:<br>os exames médicos e a necessidade de respeito aos demais<br>direitos contemplados em favor do indiciado, que não<br>especificamente atingidos pela segregação ..... | 233 |
| 6.6. Responsabilização cível dos sujeitos processuais interferentes<br>na prisão temporária e a reparação por injusta privação<br>da liberdade .....  | 237 |

*Capítulo VII*  
*Conclusões, 247*

|                    |     |
|--------------------|-----|
| Bibliografia ..... | 259 |
|--------------------|-----|